

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

Direção sindical impõe mais um
Congresso burocrático e distracionista



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Índice

Apresentação	3
Balanço do 31º Congresso do SINPEEM	7
Tese da Corrente Proletária na Educação/POR ao 31º Congresso do SINPEEM.....	15
Anexos.....	27
Por um Congresso democrático e de luta.....	27
Manifesto da Corrente Proletária na Educação/POR ao 31º Congresso do SINPEEM	30
Abaixo os cortes no orçamento da educação!Abaixo a “Reforma” Administrativa!.....	34

Apresentação

Este folheto é resultado da intervenção da Corrente Proletária na Educação/POR no Congresso do SINPEEM, um trabalho político que começou antes do próprio Congresso, desde a eleição dos delegados, se desenvolveu durante ele e continua agora, no momento de retorno às Unidades Escolares, fazendo um balanço junto aos colegas da categoria. Trata-se de uma resposta a uma necessidade, ditada pela própria realidade: é preciso penetrar com o programa do proletariado no seio do magistério, conformar uma fração revolucionária e lutar para expulsar do sindicato a burocracia que o dirige, tendo em vista dois objetivos interligados, sendo um mais imediato, que é o de erguer a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, numa conjuntura extremamente difícil, de vários ataques da burguesia e seus governos sobre os explorados; e o outro objetivo, cujo conteúdo é de construção histórica mais ampla, é o de converter os sindicatos em organismos auxiliares no curso da luta pela revolução proletária.

O leitor tem em mãos um conjunto de cinco artigos: abre o folheto o balanço do 31º Congresso, contendo uma análise geral do caráter do evento, caracterizado como burocrático e distracionista. Procuramos demonstrar, através de uma análise assentada na descrição dos fatos, como

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

a direção sindical tem impedido a livre manifestação das ideias e o debate franco, substituindo ambos por uma série de palestras acadêmicas e atividades culturais, justamente para desviar os delegados do foco que deveria ter o Congresso, que era a luta coletiva pelas bandeiras dos trabalhadores em Educação e dos trabalhadores em geral.

O segundo texto é a Tese da Corrente Proletária na Educação/POR, sobre a qual vale destacar um aspecto: o formato de Congresso imposto pela direção do SINPEEM não contempla a apresentação e o confronto de diferentes teses, como manda a tradição dos Congressos operários. Há apenas uma “tese guia”, chamada de “Texto Referencial”, que é, na verdade, a tese da corrente que dirige o sindicato, a Compromisso e Luta, com o presidente Cláudio Fonseca à cabeça. Esse procedimento, de mutilar a apresentação das teses oposicionistas, é um sinal inequívoco de burocratismo. A Corrente Proletária não se curvou diante dessa imposição, tendo levantado a objeção a esse formato à todas as últimas edições do Congresso da entidade, colocando o debate no momento da aprovação do Regimento e em outras oportunidades, levando, ao mesmo tempo, a sua Tese impressa para a distribuição aos delegados e às escolas onde atua.

Por fim, o leitor encontrará, na forma de anexos no fim do folheto, três textos: o primeiro, publicado no Jornal Massas (Nº 673, páginas 12 e 13), que remonta ao período pré-Congressual, onde se poderá perceber a luta política por um encontro verdadeiramente democrático e de luta; o segundo texto é o Manifesto da Corrente Proletária aos delegados do 31º Congresso, com a coluna vertebral da política que levamos ao encontro. Esse texto se distingue da Tese, na medida em que tem um caráter menos explicativo e mais agitativo. O eixo do Manifesto gira em torno à exigência prática de que o Congresso aprovasse um chamado às direções sindicais, para que convocassem um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral – resolução que foi aprovada no Congresso; o último texto corresponde

ao panfleto que o Partido Operário Revolucionário distribuiu durante o ato, convocado pelos estudantes, ocorrido no dia 18/10, e distribuído também durante o Congresso, contra os cortes orçamentários na Educação, promovidos pelo governo Bolsonaro.

Apresentamos à vanguarda com consciência de classe esse folheto, convictos de que estamos contribuindo para a luta política no interior desse que é um dos sindicatos do funcionalismo municipal mais representativo e que tem protagonizado importantes lutas no último período. É parte, portanto, de nosso combate para fortalecer o sindicato, que é a ferramenta política dos trabalhadores, principalmente nessa conjuntura – devidamente analisada nos textos –, marcada pelo prolongamento da guerra na Ucrânia e pela profunda divisão dos explorados brasileiros, diante da disputa eleitoral entre Lula e Bolsonaro, concluída com a vitória do primeiro. É o momento de reunificarmos os trabalhadores e a juventude oprimida em torno às suas reivindicações e de seus métodos próprios de luta.

Antônio de Almeida
São Paulo, 2 de novembro de 2022.

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

Direção sindical impõe mais um Congresso burocrático e distracionista

Aconteceu, entre os dias 18 e 21/10, o 31º Congresso do SINPEEM. É a primeira edição desde que eclodiu a Pandemia, e o primeiro encontro coletivo da categoria em todo o ano de 2022. A Corrente Proletária na Educação participou ativamente, tendo realizado uma campanha antes e durante para que fosse um Congresso democrático e de luta. Apesar disso, prevaleceu a linha ditada pela direção sindical, repetindo o caráter despolitizado, distracionista e profundamente burocratizado dos anos anteriores. E isso, num quadro de avanço das tendências bélicas, com a guerra na Ucrânia, e dos ataques sobre os explorados de todo o mundo, num quadro de grande divisão dos oprimidos brasileiros em torno às candidaturas de Lula e Bolsonaro. Era para o Congresso servir à reunificação e à preparação da resistência coletiva dos trabalhadores em educação do município, em unidade com os outros setores, mas não foi o que se passou.

Há tempos que os Congressos são marcados pelo predomínio de palestras acadêmicas, dos shows, atividades culturais

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

e outras atividades distracionistas. Há até uma sala com o oferecimento de massagem aos delegados. Há tempos também que a Corrente Proletária na Educação denuncia esse traço distintivo, profundamente nocivo para os trabalhadores e que destoa do caráter classista e de luta, herdado da tradição operária, que deveria ter o Congresso.

O problema começa desde a escolha dos delegados nas escolas. A direção sindical estimula a ideia de um Congresso de formação acadêmica – o que é grave, pois além de esta não ser uma atribuição dos sindicatos, acaba alimentando o discurso do governo, de responsabilização dos trabalhadores pelos problemas da educação, como se a falência do ensino se originasse de uma suposta formação acadêmica insatisfatória. O resultado é que, em muitas escolas, os delegados sequer são eleitos, são sorteados – como se se tratasse da distribuição de um tipo de benefício, e não um Congresso voltado a discutir, votar e encaminhar as resoluções de luta. Muitos vão ao Congresso tão somente para evitar a dureza do chão de escola por quatro dias, gozando da dispensa de ponto. Este ano, o caráter distracionista foi acentuado, com a diminuição do tempo destinado às plenárias. Nas últimas edições, foram reservadas a essa finalidade uma manhã e uma tarde, o que já era pouco, sendo o resto da programação ocupada pelos painéis, palestras e shows. Desta vez, o Regimento só foi à votação no segundo dia (um absurdo em si mesmo), ocupando parte de uma das plenárias. No dia seguinte, um show foi colocado pela direção sindical bem depois do almoço, tomando parte do tempo da segunda plenária.

Nada disso é fortuito, trata-se de uma artimanha da direção para evitar os embates políticos, o choque de ideias e, assim, as críticas à própria direção. Há outras evidências disso, como a não inscrição de teses dos agrupamentos. Impõe-se o chamado “Texto Referência”, defendido como se fosse o acúmulo de resoluções anteriores, mas que é, na verdade, a tese da própria Diretoria (corrente Compromisso e Luta, dirigida pelo Cláudio Fonseca/Cidadania, presidente há 36 anos do sindicato). Às demais correntes resta

inscrever emendas ao “Texto Referência”, e mesmo assim, com limite de tamanho (uma quantidade de toques pré-determinada, por assunto) e tendo de apresentar no mínimo 90 assinaturas. Em suma, uma montanha de filtros burocráticos, que mutilam a apresentação das ideias. A Corrente Proletária, como de costume, criticou a imposição do “Texto Referência” e distribuiu aos delegados a sua Tese, utilizando seus próprios recursos.

Outra evidência é que a aprovação ou não das emendas é tratada como mera formalidade, dado que as emendas que contrariam a política da direção são simplesmente ignoradas. É o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação da reabertura das subsedes (que, aliás, constam dos Estatutos), resolução que foi aprovada em duas circunstâncias e não foram encaminhadas. Este ano, esse problema se agravou. Resoluções polêmicas, algumas com críticas abertas à direção, foram aprovadas sem defesa contrária, demonstrando uma disposição evidente de evitar o desgaste em plenário. É claro que, tendo sido aprovadas, poderão ser cobradas, cabendo nesse caso a continuidade da luta política desde a base. Um exemplo de aprovação formal é a da prestação de contas do Congresso. A Corrente Proletária tem feito uma cobrança nesse sentido, conseguindo aprovar a proposta no momento do Regimento. A Diretoria ou não cumpre, ou apresenta dados seletivos oralmente em plenárias esvaziadas, ou simplesmente não apresenta. Uma verdadeira prestação de contas teria de ser apresentada por escrito, na imprensa do sindicato, com detalhamento dos gastos. Isso permitiria verificar o quanto se gasta, por exemplo, com os shows e com os palestrantes. Vale salientar que alguns dos convidados para os painéis comparecem ao evento com posições duvidosas e até reacionárias, como a defesa do ensino a distância, ensino híbrido etc.

A indiferença com o que se aprova é uma atitude demonstrativa do elevado grau de decomposição burocrática do SINPEEM.

Duas importantes resoluções foram aprovadas

A Corrente Proletária na Educação conseguiu aprovar duas resoluções importantes, com caráter prático.

A primeira, sobre uma campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, contendo as bandeiras defendidas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), organismo a que o POR brasileiro integra. Eis: pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

A segunda, sobre o Dia Nacional de Luta. Que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos, como preparação para a greve geral.

Agora, é preciso exigir que a direção do sindicato coloque em prática tal decisão.

Burocracia encerra o Congresso sem colocar em votação as moções

Tradicionalmente, os Congressos de trabalhadores reservam um momento para a discussão e aprovação de moções de apoio às lutas, de repúdio à repressão, ou de outra natureza. O Regimento do Congresso do SINPEEM trouxe, dessa vez, um filtro burocrático inaceitável, exigindo que as moções fossem assinadas por 5% dos delegados (na prática, cerca de 110 assinaturas de delegados).

A Corrente Proletária defendeu contra, tendo sido derrotada. Mesmo assim, acatou a decisão e saiu à busca de assinaturas para uma moção de repúdio à perseguição política, com dois destaques: um sobre uma professora, militante do POR, da região de Caraguatatuba/SP, que está sendo ameaçada de demissão por apoiar a luta dos estudantes de sua escola contra a farsa do ensino integral, outro sobre a perseguição e repressão aos lutadores do POR boliviano, entre eles Rodrigo Amorós e José Luis Alvares, pelo governo do MAS, Arce Catacora. A moção, em síntese, levantava a necessidade de

defender os lutadores contra a violência do Estado burguês, em defesa das liberdades democráticas.

No entanto, nenhuma moção foi debatida, a direção do sindicato manobrou o Congresso, utilizando o argumento do esgotamento do horário (o mesmo horário que a própria direção desperdiçou com shows e outras atividades inócuas), deixando de apreciar a moção que a Corrente Proletária havia conseguido apresentar, inclusive com mais assinaturas do que as exigidas pelo filtro burocrático.

Atuação das oposições

É preciso mencionar outro aspecto sobre o Congresso: o papel das oposições. Houve um avanço quanto à Unidade da Oposição, frente já estabelecida, mais numerosa e que congrega a maior parte dos agrupamentos oposicionistas, que esteve praticamente desarticulada durante a Pandemia, e voltou a se reunir, fazendo uma atividade durante a programação do Congresso. A Corrente Proletária teve um papel importante nesse sentido, tendo cobrado a ação unitária em torno aos pontos comuns, que são as defesas da independência e da democracia no SINPEEM. A atividade foi mal preparada, é verdade, e a Corrente não deixou de fazer a crítica por sua organização tardia.

Porém, houve dois problemas mais graves quanto à atuação das oposições: o primeiro é que a quase totalidade dos seus coletivos foi ao Congresso inteiramente dedicada à campanha eleitoral, isto é, à caça de votos para Lula e Haddad, coincidindo nisso com uma parte da própria direção, uma vez que a corrente Compromisso e Luta, dirigida pelo presidente Fonseca, é uma corrente sindical heterogênea, abrigando também em seu interior petistas e seus satélites. A Corrente Proletária criticou a subordinação da luta pelas reivindicações à disputa eleitoral, defendendo uma linha de independência de classe; apresentou a defesa do voto nulo como uma imposição, dada a legislação proibitiva em relação à intervenção dos revolucionários; e indicou a necessidade de inverter a relação entre a intervenção eleitoral e o programa de reivin-

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

dicações das massas, de modo que este último subordinasse aquela. Uma linha política que exigia deslocar toda a atenção dos delegados para a construção de um plano de lutas, que refletisse as reais exigências dos trabalhadores em geral, em combinação com as tarefas específicas da categoria, além de apontar o método correto para atingi-las, que é o método da ação direta das massas, ou seja, as greves, ocupações, bloqueios de avenidas etc.

Antes de abordar o segundo problema, cabe um parêntese sobre a questão do plano de lutas. Com o escasso tempo que foi destinado às plenárias, é claro que foi necessário um esforço para garantir ao menos o debate acerca do plano de lutas, algo com o que a direção cinicamente declarou estar de acordo. Uma das correntes da Unidade da Oposição, a Democracia e Luta, apresentou uma proposta na plenária da quarta-feira para que fosse feita uma reunião à parte dos coletivos, onde seria elaborado um apanhado contendo os pontos consensuais mais importantes do plano de lutas, para que fosse depois submetido à apreciação dos delegados. A Corrente Proletária na Educação não participou dessa reunião, tendo tomado essa decisão levando em conta o histórico de enfrentamentos com a burocracia sindical, que sempre utilizou esses acordos contra a oposição, manobrando para eliminar o debate sobre propostas à margem.

E foi precisamente nesse ponto, sobre o acordo em torno ao plano de lutas, que se manifestou mais abertamente o segundo problema mais grave, que foi a divisão no seio das oposições. Esse elemento não é uma novidade, mas resultou numa separação mais profunda, inclusive com atritos durante a última plenária, na frente do conjunto dos delegados, o que só favoreceu à burocracia sindical, a qual não perdeu a oportunidade de utilizar demagogicamente a contenda. De um lado, ficaram as correntes que sempre compuseram a Unidade da Oposição, que participaram da reunião com a direção para costurar o referido acordo, e de outro lado, contra o acordo, ficou um agrupamento menor e mais à esquerda, uma frente ainda incipiente, envolvendo o coletivo Vozes da Base, a LOI e

autonomistas, uma aliança que vem se configurando nos últimos movimentos grevistas, expressando justamente uma insatisfação com a política da fração majoritária da Unidade da Oposição. Esses dois blocos realizaram atividades separadas durante a programação do Congresso. A Corrente Proletária na Educação atuou em defesa da unidade das oposições para lutar contra a direção burocrática do SINPEEM. Na reunião de avaliação final do setor mais à esquerda, a Corrente Proletária foi uma das defensoras de uma ampla plenária oposicionista de base, resolução que foi aprovada, com a indicação de que se realize no final de novembro. Cabe trabalhar para convencer os coletivos e trabalhadores independentes quanto à importância da construção dessa unificação.

Conclusão

Por último, vale destacar a importante campanha que a Corrente Proletária fez em torno a sua Revista Proletária da Educação, número 11. A Corrente fez ainda uma reunião de balanço, com alguns simpatizantes, demonstrando o zelo com as ideias e com a intervenção prática no seio da categoria, e junto aos trabalhadores em geral. A tarefa agora é fazer com que este balanço chegue ao máximo de educadores da rede, com o objetivo de politizar e mobilizar a base. As eleições burguesas vão passar, a tendência é de que a guerra na Ucrânia se prolongue e a burguesia certamente continuará aprofundando seus ataques sobre os explorados, o que tornará mais urgente a organização da resistência coletiva. Um dos próximos alvos, ao que tudo indica, será a contrarreforma administrativa (PEC 32), que visa golpear a estabilidade do funcionalismo público.

É preciso cobrar que a direção do sindicato convoque uma assembleia presencial, caminho por onde poderemos colocar de pé uma poderosa campanha contra a retirada de direitos. É fundamental insistir também na cobrança de que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem pelo fim da guerra na Ucrânia e que convoquem um Dia Nacional de Luta, tal como foi aprovado no 31º Congresso.

Tese da Corrente Proletária na Educação/POR ao 31^o Congresso do SINPEEM

Caráter e estrutura do Congresso

1. Os congressos do Sinpeem têm se caracterizado como encontros festivos, despolitizados e profundamente antidemocráticos. Trata-se de um formato que não é aprovado em nenhuma instância. Prevaecem os shows, atividades culturais e palestras acadêmicas e outras ações distracionistas, no lugar de privilegiar o debate entre os próprios delegados de base e a deliberação sobre os problemas reais das escolas, como a situação exige e como manda o princípio da democracia operária.
2. A direção da entidade impõe a sua tese, mascarada como “Texto Referência”. Esse mecanismo obriga as outras correntes a se limitarem a “propostas de emendas”, que precisam ser assinadas previamente por um número elevado de filiados. O objetivo ao impor esse entulho burocrático é, evidentemente, mutilar a apresentação das teses dos agrupamentos oposicionistas.

3. A Corrente Proletária na Educação não se curva diante dessas manobras. Inscreveu as suas emendas para ter direito à fala no microfone e, ao mesmo tempo, está distribuindo aos delegados a sua tese. A Corrente Proletária luta para que o Congresso esteja voltado à organização da luta, que respeite os princípios da independência de classe e da democracia operária.

Conjuntura internacional e a resposta proletária

4. A crise educacional e os duros ataques sobre os trabalhadores em geral se inscrevem num cenário de bancarrota econômica do país, sendo esta uma refração da crise estrutural do capitalismo. A barbárie avança por toda a parte, assumindo formas diversas: recrudescimento das tendências bélicas (vide o caso da Ucrânia), a guerra comercial (particularmente entre os EUA e a China), saque imperialista sobre as semicolônias, o desemprego em massa, o crescimento da onda fascistizante, o reforço das tendências ditatoriais da burguesia, entre muitos outros aspectos.
5. O Congresso do SINPEEM deve se colocar por uma campanha pelo fim da guerra na Ucrânia. A classe operária deste país e de todo o mundo deve estar à cabeça desse enfrentamento. Deve, igualmente, lutar contra suas consequências, que recaem sobre os explorados, na forma da alta do custo de vida, de desemprego, de fome e miséria. Lutemos por: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia.
6. Durante a Pandemia, os explorados foram abandonados por suas direções sindicais e políticas, as quais permaneceram debaixo da política burguesa do isolamento social, mantendo os organismos de luta, principalmente os sindicatos, fechados para a luta. A experiência mostrou a incapacidade da burguesia para

defender a população diante do vírus mortal. A correta orientação científica do isolamento social não tinha como ser colocada em prática sob o capitalismo. Os explorados, sem alternativas e premidos pela fome, protagonizaram lutas importantes, mas que ficaram isoladas, dada a política empunhada pelas direções. Prevaleceu, então, a guerra comercial em torno às vacinas, com os governos se dividindo de acordo com os interesses das multinacionais farmacêuticas. Como resultado, aproximadamente 6,5 milhões de vidas foram perdidas, uma brutal destruição de forças produtivas, além do fechamento de fábricas, quebra de pequenos comerciantes etc., fatores que impulsionearam a crise econômica, que já se manifestava, seguida de uma série de efeitos destrutivos, em particular o aumento da fome e da miséria.

7. As massas têm reagido instintivamente aos ataques, protagonizando lutas heroicas. Enfrentam o seu principal obstáculo, que é a crise de direção revolucionária. Está ausente o partido mundial da revolução socialista. A destruição da III Internacional e do partido bolchevique pelo estalinismo contrarrevolucionário prestou um enorme serviço à burguesia mundial. Um dos resultados mais nefastos foi a conclusão do processo de restauração capitalista na URSS, interrompendo a transição do capitalismo ao socialismo.
8. A IV Internacional, fundada por Trotsky, não sobreviveu ao terrível isolamento, à destruição física da vanguarda e ao posterior estilhaçamento pelas diversas correntes revisionistas, que não se construíram como partidos-programa e não se enraizaram no proletariado em cada país. Nadando contra a corrente, o POR no Brasil, na Argentina, Chile e Bolívia compõem o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui), que ainda se encontra em estágio embrionário.

A luta de classes no Brasil

9. Pesa sobre os ombros dos explorados a carga de grandes derrotas no último período. A eclosão da crise econômica, a partir de 2008/2009, tem impulsionado o imperialismo e as burguesias em cada país a cortarem fundo na carne dos oprimidos, com uma maciça destruição de postos de trabalho, retirada de direitos e outras medidas de proteção aos capitalistas. No Brasil, tem um extraordinário peso o problema da dívida pública, que tem empurrado os sucessivos governos a manterem e aprofundarem o saque das riquezas nacionais, tudo para salvaguardar os interesses do capital financeiro.
10. Sob o governo de ditadura civil de Temer foram aprovadas a Lei do Teto de Gastos, a reforma do ensino médio, a Lei da Terceirização e a mais nociva delas, a reforma trabalhista. Sob o governo militarista e fascizante do Bolsonaro, o Congresso Nacional aprovou a reforma da previdência. Está na ordem do dia a reforma administrativa, em âmbito federal. Avançaram as privatizações e o fenômeno da desnacionalização. Os países imperialistas se beneficiam com o trabalho sujo das mineradoras, madeireiras, agronegócio, enfim, com a exploração dos recursos nacionais, à custa da destruição da natureza. Esse conjunto de medidas reacionárias compõe o verdadeiro conteúdo do golpe de estado de 2016.
11. Enquanto ocupou a presidência, nos dois mandatos de Lula e nos de Dilma, o PT realizou governos burgueses, de respeito à grande propriedade privada e totalmente subordinado ao imperialismo. Nos de Lula, pôde aplicar uma política de conciliação de classe, tendo em vista o fôlego limitado da economia mundial, particularmente pelo papel do comércio de commodities junto à China. A eclosão da crise, que coincidiu com o final do segundo mandato de Lula, foi solapando as bases da política de conciliação de classe. Nesse

sentido, os anos de 2015-2016, com um novo repique da crise, golpearam duramente o segundo governo de Dilma Rousseff. O capital financeiro passou a exigir as contrarreformas, como forma de garantir os seus interesses. O PT cedeu, colocando homens do calibre de um Joaquim Levy, de confiança dos banqueiros, no comando de postos-chaves do governo. Aplicou as Medias Provisórias 664 e 665, que atacavam direitos dos trabalhadores. Vale lembrar que Lula, logo que subiu ao poder, golpeou as aposentadorias, com uma reforma previdenciária. Outros exemplos poderiam ser elencados, inclusive nos governos municipais (como o de Marta Suplicy, em SP), estaduais e na atuação parlamentar dos petistas.

12. O problema, portanto, não era se o PT seria capaz ou não de aplicar as medidas exigidas pelo capital financeiro. Acabou sendo apeado, vítima de um golpe institucional, devido a não ser um partido orgânico da burguesia e a ainda manter vínculos com os sindicatos e movimentos, mostrando-se incapaz de realizar as contrarreformas na profundidade e na velocidade exigidas diante da crise. A burguesia necessitava de um governo que viesse de suas próprias entranhas, que tivesse as mãos livres para atacar duramente o conjunto dos explorados. Temer cumpriu, transitariamente, essa função. O PSDB, por sua vez, era o partido que deveria naturalmente assumir o leme do Estado, uma vez que vinha polarizando as disputas com o PT desde o impeachment de Collor. Acontece que Alckmin, o nome escolhido pelo partido para a corrida eleitoral de 2018, não decolou.
13. O declínio eleitoral do PSDB coincidiu com o fortalecimento da ultradireita, especialmente na figura de Bolsonaro. Este acabou expressando uma virada para posições reacionárias mais agudas por parte de frações da burguesia, encontrando na classe média descontente o esteio necessário para se projetar eleitoralmen-

te. Do ponto de vista objetivo, era necessário manter o PT longe do comando do Estado, para concluir o conteúdo do golpe de 2016. É o que explica a prisão de Lula, baseada em processos fraudulentos, como ficou demonstrado posteriormente.

14. No poder, Bolsonaro tentou, sem êxito, ultrapassar os limites determinados para a sua passagem pela presidência. No que diz respeito às contrarreformas, cumpriu a sua função. Sua pretensão, no entanto, era a de governar por cima das classes, isto é, de exercer uma ditadura de tipo bonapartista. Acabou se frustrando nesse objetivo, encontrando obstáculos no Congresso oligárquico, no Judiciário e no imperialismo, que não encontraram motivos para um fechamento maior do regime, dado o controle da luta de classes, com os oprimidos pacificados pela política conciliadora das suas direções sindicais e políticas.
15. As duas greves gerais, de abril de 2017 e junho de 2019, mostraram que os trabalhadores e a juventude oprimida estavam dispostos a combater para pôr abaixo as medidas anti-operárias. Contudo, por conta da política fracassada de conciliação de classes empunhada pela frente burocrática, liderada pelas centrais, as contrarreformas puderam ser aprovadas na mais absoluta calma. Em ambos os casos, as direções sindicais jogaram um papel de traição aos explorados, com uma política nefasta de desviar a explosiva insatisfação das massas para o campo do eleitoralismo e da pressão parlamentar, como se fosse possível “desidratar” as reformas a partir das negociatas via Congresso Nacional. Diante da Pandemia, as mesmas direções ficaram debaixo da política do “fica em casa”, que se revelou um desastre.
16. Os atos contra o racismo, motivados pelo assassinato do americano George Floyd, romperam parcialmente a paralisia imposta pelas direções. Depois, vieram os atos da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que

foram multitudinários. A orientação vinda das centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos, porém, foram, novamente, de desviar as lutas para o terreno dos joguetes institucionais (frente ampla pelo impeachment) e do eleitoralismo. Por essa via, Bolsonaro pôde se manter no poder, e a insatisfação popular acabou sendo canalizada para as urnas, agora em 2022, com a projeção eleitoral do caudilho Lula.

16. A vitória de Lula no primeiro turno, como previram os institutos de pesquisa, não aconteceu. Bolsonaro mostrou força eleitoral. Em São Paulo, a discrepância foi ainda maior, com o direitista Tarcísio passando à frente de Haddad. A tendência é de um segundo turno com uma disputa ainda mais acirrada, tanto em âmbito nacional, como estadual. Quanto ao Legislativo, observou-se, de maneira geral, a preservação do domínio dos partidos mais conservadores e integrados à ordem capitalista, particularmente os do chamado “centrão”. Mais uma vez, revelou-se o predomínio do poder econômico e dos aparatos, como as igrejas, além do uso da própria máquina estatal (a exemplo da utilização do Auxílio Brasil, de R\$600), comprovando o que já sabíamos: que as eleições são um campo dominado pela burguesia, em que pese as fraturas no seio desta classe se mostrarem de forma clara.
17. A polarização eleitoral resultou em enorme divisão entre os explorados, quando deveriam estar unidos, em torno aos seus sindicatos e movimentos, em defesa de um programa próprio de reivindicações e da estratégia de poder, voltada à luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista. A polarização entre Lula e Bolsonaro não nasceu no interior das massas. Foi gestada no interior do poder do Estado e da classe capitalista, nas condições de avanço da crise econômica e de escalada da miséria e fome.
18. Diante das eleições, o Partido Operário Revolucionário (POR) concentrou a propaganda e agitação em torno a

um programa próprio da classe operária, à independência política dos sindicatos, à convocação das assembleias, à formação dos comitês de empregados e desempregados, à resposta às demissões e à defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a realização de uma greve geral. Sob essa linha, convocou os explorados e a juventude oprimida a não confiarem nas eleições burguesas, a não se deixarem arrastar pela polarização eleitoral, e a confiarem em suas próprias forças coletivas. Diante do segundo turno, o POR mantém a defesa do voto nulo, como expressão da independência de classe e defesa do programa de reivindicações.

Questão municipal e política educacional

19. Os trabalhadores em Educação do município de São Paulo têm enfrentado vários ataques por parte do governo municipal, atualmente sob o comando do prefeito Ricardo Nunes/MDB. Amargam um longo período de arrocho salarial, considerando que todos os reajustes – embora conquistados com luta – foram abaixo da inflação, situação piorada pelo confisco dos salários, através da aprovação da Sampaprev. À penúria salarial se somam a muitos outros problemas. As condições de trabalho vão de mal a pior, com um déficit cada vez maior de docentes e funcionários do quadro de apoio. Não há o suporte necessário para lidar com as crianças com deficiência. A violência grassa no entorno e até no interior das unidades. As escolas necessitam se virar com o mirrado orçamento para continuar funcionando. Na Educação Infantil, há já uma enorme presença da terceirização, com as conveniadas e a rede indireta. O governo municipal está alinhando a Educação municipal, num processo acelerado, às determinações da reforma do ensino médio e à BNCC. Parte essencial desse plano é o fechamento de salas e

turnos, em particular no noturno e na EJA, paralelamente à imposição do Programa São Paulo Integral. A expansão do Ensino à Distância (EaD), também. Durante a Pandemia, a experiência com o EaD se mostrou desastrosa.

20. A crise da Educação, porém, não é conjuntural. Também não é resultado tão somente da falta de verbas, não é uma crise de modelo, de gestão ou de currículo. Os ataques atuais só têm aprofundado uma crise que é muito mais profunda. Sob o capitalismo, que se encontra em sua fase última – imperialista –, é impossível um amplo florescimento da humanidade, pois as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas. O fenômeno da superprodução impede que a ciência penetre na produção social. Os avanços pontuais na técnica e na tecnologia, além de serem diminuídos frente à capacidade de desenvolvimento represada, não chegam à toda população e ainda se voltam contra a humanidade, na medida em que potenciam a criação de valores que não têm como se realizar, isto é, não podem ser consumidos, provocando quebras econômicas cíclicas. É dessa forma, então, que o capitalismo impõe a separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento, entre nós e a realidade. Daí a defesa que a Corrente Proletária na Educação faz da escola vinculada à produção social, como bandeira que corresponde à necessidade de unir a teoria à prática, colocando como premissa a tarefa histórica de soterrar a propriedade privada dos meios de produção.
21. Aos explorados, diante de tantos ataques por parte da burguesia e seus governos, só resta lutar. Contra todos os desvios e as falsas soluções propostas pelos reformistas, centristas e stalinistas, as massas devem se lançar no campo da independência de classe, empregando o método próprio do proletariado, que é a ação direta. Os sindicatos podem e devem cumprir um

papel decisivo na centralização das forças e no levantamento dos trabalhadores pelas suas reivindicações mais sentidas, servindo como ferramenta auxiliar na luta pelo poder. Mas, para atingir esse ponto, os explorados terão que acertar contas com as burocracias sindicais e direções políticas corrompidas. É na trajetória dos enfrentamentos necessários que os oprimidos irão forjando uma nova direção, classista e revolucionária. Está colocada a tarefa de colocar em pé o partido operário revolucionário, guiado pela estratégia socialista da tomada do poder pela via insurrecional e instauração de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

22. O SINPEEM participou, de fato, mobilizações importantes nessa trajetória. Foram sucessivas greves, com assembleias e manifestações massivas – inclusive enquanto perdurava a Pandemia, caso da greve de 2021. O que explica a amplitude das mobilizações é a combinação de alguns fatores, sendo o principal deles um impulso espontâneo, nascido da gravidade dos ataques. E isso, em que pese a política da direção, que sempre apostou na via parlamentar, pacifista, alimentando ilusões nas mesas de negociação (que só servem para enrolar e enganar os trabalhadores), nas negociações de bastidores, na “pressão” sobre os vereadores e na via judicial (como se a Justiça não fosse patronal). Cláudio Fonseca controla o sindicato com mão de ferro, é personalista e centralizador. Em suma, devido à política da direção, não há democracia nem independência no SINPEEM.
23. A direção do SINPEEM se nega a caracterizar a aprovação das contrarreformas como derrota e a postura das direções das centrais como traidora. Pelo contrário, tem dado a entender que há um saldo positivo para os trabalhadores, dizendo que “poderia ter sido pior”. Age como corporativista, pois vira as costas para os trabalhadores de categorias que estão sendo atingi-

das pelas medidas aprovadas, a exemplo da questão da substituição do regime salarial pelo de subsídios. O mais grave, todavia, é que a linha de “cantar vitória” dificulta aos trabalhadores compreenderem que as traições e derrotas emperram o combate unificado nacionalmente pelas suas reivindicações. É por isso que a tarefa principal do momento para os explorados é justamente tirar do seu caminho o obstáculo que são as direções corrompidas.

Plano de lutas

24. Diante de todo o exposto acima, a Corrente Proletária na Educação propõe que o 31º Congresso do SINPEEM se posicione pelas seguintes bandeiras:

- ***Responder aos ataques contra a educação pública: fim do sistema privado de ensino. Não às Escolas de Tempo Integral e ao Ensino a Distância. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas. Não à militarização das escolas. Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, com financiamento integral pelo Estado, cobrindo todas as necessidades das escolas;***
- ***Nenhuma ilusão nas eleições! Votar nulo no segundo turno, como expressão da independência de classe e do programa de reivindicações! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos!***
- Combinar o combate às contrarreformas com a defesa das reivindicações vitais das massas: salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade e efetivação dos trabalhadores terceirizados, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Isonomia salarial e de direitos;
- Responder às privatizações e à desnacionalização com

a bandeira de reestatização, com o controle operário da produção. Não ao pagamento da dívida pública e pela estatização, sob controle dos trabalhadores, de todo o sistema financeiro;

- Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das prisões e perseguições àqueles que lutam e organizam os movimentos;
- Pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia;
- Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira do governo operário e camponês, que será erguida por meio da revolução proletária.

ANEXOS

1. Artigo publicado no Jornal Massas Nº 673, páginas 12 e 13.

Por um Congresso democrático e de luta

A direção do SINPEEM abriu o processo de eleição de delegados para o 31º Congresso da entidade, que se realizará entre os dias 18 e 21 de outubro. Divulgou também os critérios para inscrição de emendas ao chamado “Texto Referência”. Ambos aspectos já apontam para a repetição do burocratismo, que tem sido uma marca dos Congressos desse sindicato, fato que exige, desde já, da vanguarda e dos trabalhadores da categoria, a luta por um Congresso que respeite o princípio da democracia operária, e que sirva realmente à organização da luta pelas reivindicações.

Este ano, terá algumas particularidades. Será o primeiro Congresso a ocorrer após a eclosão da Pandemia. Durante este período, o sindicato suspendeu as instâncias presenciais, como a Reunião de Representantes de Escola (REs) e a do Conselho Geral, realizando apenas caricaturas de reuniões sindicais pela via virtual. A experiência demonstrou que as reuniões on-line reforçam o controle burocrático exercido pela direção, dado que não há qualquer controle sobre os ins-

critos, não é possível contestar os encaminhamentos, além do fato de manter os trabalhadores isolados em suas casas, aniquilando o caráter coletivo e de ação, que devem possuir as instâncias sindicais.

O Congresso também ocorrerá numa conjuntura conturbada, nacional e internacionalmente. Nacionalmente, pela continuidade da crise política do governo, em período eleitoral; mundialmente, pelo prolongamento da guerra na Ucrânia, e o acirramento das tensões entre EUA e China, que tornam a situação especialmente grave. As tendências bélicas do capitalismo em decomposição voltam a ameaçar a humanidade, com a sombra de uma possível Terceira Guerra. Como pano de fundo, tanto interna quanto externamente, encontramos a crise estrutural do capitalismo, condicionando as oscilações da política.

A eleição de delegados, o confronto das teses e posições, deveriam estar voltados a armar politicamente os trabalhadores para enfrentar essa conjuntura. No entanto, se dará em um quadro de total paralisia do sindicato, imposta por sua direção. Nem uma assembleia sequer foi convocada, em todo o ano de 2022. A data-base foi encerrada com um acordo de diminuição salarial, com um índice abaixo da inflação, sem que a categoria tivesse podido manifestar-se coletivamente sobre as reivindicações e métodos de luta. Nada. Daí a importância de que o Congresso realize um rigoroso balanço desse processo, tendo em vista a necessidade de organizar os próximos combates.

O problema é que há outros indícios de que a tendência é a da repetição do caráter antidemocrático, despolitizado (há um predomínio do culturalismo e de palestras distracionistas) e festivo (a programação é recheada de atividades culturais). A começar pela imposição do tal “Texto Referência”, que a direção insiste em afirmar que se trata de um “acúmulo” das deliberações congressuais anteriores. Mentira! Aliás, uma mentira deslavada, que ficou ainda mais explícita este ano: como pode o “Texto Referência” representar esse “acúmulo”, se apresenta diversas elaborações

sobre o governo Bolsonaro, sobre a Pandemia e a guerra na Ucrânia, se não tivemos Congresso nos últimos anos? Na verdade, trata-se da tese da corrente majoritária, liderada pelo Cláudio Fonseca.

A proibição de apresentação de teses ao Congresso é uma imposição burocrática, que impede a livre manifestação de posições divergentes em relação à própria diretoria. Um Congresso realmente democrático não silencia as oposições – isto é elementar. Aos agrupamentos oposicionistas é reservada tão somente a possibilidade de inscrever “emendas” à tese da majoritária. Mesmo assim, há um irrisório limite de caracteres por cada tema, além de ser exigida a apresentação de 90 assinaturas de filiados para a inscrição. São filtros burocráticos.

A Corrente Proletária na Educação – POR – conseguiu eleger os seus representantes e inscreveu as suas emendas, mas levará ao Congresso a sua tese impressa, para a distribuição aos delegados, e exigirá, na abertura do Congresso, que seja permitida a apresentação das teses no microfone. Comparecerá defendendo a política da classe operária, erguendo um programa de luta, tomando como ponto de partida as reivindicações imediatas da categoria e dos trabalhadores em geral, sem deixar de fazer a ponte entre essas bandeiras e as consignas mais gerais, como a luta contra a repressão, e em defesa de que as centrais sindicais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, como preparação da greve geral. Chamamos a vanguarda com consciência de classe a se juntar à Corrente Proletária nesse combate, por um Congresso verdadeiramente democrático e de luta.

II. Panfleto distribuído durante o 31º Congresso

Manifesto da Corrente Proletária na Educação/POR ao 31º Congresso do SINPEEM

***Que as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos
convoquem um Dia Nacional de Luta, como forma de preparar a
greve geral***

Trabalhadores,

Este Congresso acontece numa conjuntura extremamente difícil para os explorados. De um lado, vemos o prolongamento da guerra na Ucrânia, com seus efeitos nocivos sobre os povos de todo o planeta, inclusive com a ameaça de uma expansão do conflito, fazendo pairar sobre nós a sombra de uma possível terceira guerra mundial; de outro lado, vemos os explorados do Brasil divididos numa encarniçada disputa eleitoral, divisão que não nasceu no seio das massas, e sim no interior do Estado e da burguesia, numa situação de acirramento da crise econômica.

Tanto no caso da guerra, quanto na questão eleitoral brasileira, os trabalhadores e a juventude oprimida aparecem dispersos, sem uma direção política à altura, capaz de unificá-los em torno a um programa classista e combativo. Como resultado, o imperialismo tem conseguido fazer a Ucrânia de bucha de canhão, enquanto que, simultaneamente, a Rússia a utiliza como escudo, diante da ofensiva da OTAN. No Brasil, sem um combate unificado nacionalmente dos explorados, em torno aos seus sindicatos e movimentos, em defesa de um programa próprio de reivindicações, a burguesia e seus governos têm ficado de mãos livres para seguir retirando direitos, para aprofundar o arrocho salarial, fechar postos de trabalho, ampliar a precarização das condições de trabalho, destruir os serviços públicos, enfim, para continuar descarregando o ônus da decomposição do capitalismo sobre as nossas cabeças.

Em âmbito municipal, temos sofrido sucessivas derrotas. Além da reforma da previdência, vimos o Executivo e a Câmara unidos para aplicar aspectos da reforma administrativa, a mesma que segue tramitando em nível federal, colocando em risco principalmente a estabilidade do funcionalismo público. O último reajuste de nossa categoria resultou em perda salarial, dado que foi abaixo da inflação do período. Pesou negativamente, nesse sentido, o imobilismo da direção do SINPEEM, que não convocou uma assembleia sequer em todo o ano de 2022.

Em relação ao conflito na Ucrânia, as centrais, os sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais, quando não silenciaram, se alinharam detrás ou da OTAN ou da Rússia, impedindo uma saída de independência de classe. É uma vergonha o fato de não ter existido em nosso país nenhum movimento amplo nas ruas pelo fim da guerra! Quanto à disputa Lula-Bolsonaro, a totalidade das centrais se colocou pela candidatura burguesa do petista, abortando toda e qualquer iniciativa de luta em nome da caça aos votos. A subordinação do combate pelas reivindicações às eleições não pode ser qualificada de outra maneira: é uma traição ao conjunto dos explorados.

O resultado do primeiro turno, particularmente em relação ao Legislativo estadual e federal, com a preservação do domínio dos partidos mais conservadores e integrados à ordem capitalista, revelou novamente que as eleições são um terreno onde reina o poder econômico e os aparatos, como as igrejas, além do uso da própria máquina estatal (a exemplo da utilização do Auxílio Brasil, de R\$600), em que pese as fraturas no seio desta classe se mostrarem de forma clara.

Diante das eleições, o Partido Operário Revolucionário (POR) concentrou a propaganda e agitação em torno a um programa próprio da classe operária, à independência política dos sindicatos, à convocação das assembleias, à formação dos comitês de empregados e desempregados, à resposta às demissões e à defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a realização de uma greve geral. Sob essa linha, con-

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

vocou os explorados e a juventude oprimida a não confiarem nas eleições burguesas, a não se deixarem arrastar pela polarização eleitoral, e a confiarem em suas próprias forças coletivas. Diante do segundo turno, o POR mantém a defesa do voto nulo, como expressão da independência de classe e defesa do programa de reivindicações.

Programa de reivindicações que continuará figurando como uma necessidade mesmo após as eleições. A crise econômica não estancará, pelo contrário, a tendência é de que se aprofunde. Seja qual for o candidato eleito, terá de golpear a vida dos explorados. Das urnas sairá um governo burguês, e os trabalhadores terão de estar preparados para enfrentar as medidas antipopulares e antinacionais - impostas de cima para baixo pelo capital financeiro - e terão de enfrentar com seus próprios métodos, com as greves, ocupações, bloqueios de avenida etc.

Em relação à guerra na Ucrânia, o POR defendeu a campanha internacionalista do Cerqui (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional) pelo fim da guerra na Ucrânia, colocando em primeiro plano a necessidade de pôr abaixo definitivamente a OTAN e as bases militares norte-americanas em todo o mundo, lutando também pelo fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia. Combate que deve ser combinado à defesa da autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Comprometemos a este Congresso do SINPEEM defendendo que os delegados aprovelem essa mesma resolução.

É tarefa do 31º Congresso do SINPEEM realizar o devido balanço do último período, com vistas na organização prática da luta desde já. Para isso, é preciso que se constitua como um Congresso verdadeiramente democrático, voltado à organização do enfrentamento aos ataques desfechados pela classe dominante. Não pode ser um Congresso dominado pelo culturalismo, pelas palestras acadêmicas e demais atividades distracionistas.

É fundamental que aprovelem um Plano de Lutas que seja capaz de responder aos problemas gerais dos explorados, fazendo a ponte entre as reivindicações específicas da nossa

categoria e as bandeiras que contemplem as necessidades do conjunto dos trabalhadores e da juventude oprimida.

A Corrente Proletária na Educação propõe que o Congresso se posicione pelas seguintes bandeiras:

- Combater os ataques à educação pública: fim do sistema privado de ensino; não às Escolas de Tempo Integral e ao Ensino à Distância; fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas; não à militarização das escolas; por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, com financiamento integral pelo Estado, cobrindo todas as necessidades das escolas;
- Nenhuma ilusão nas eleições! Votar nulo no segundo turno, como expressão da independência de classe e do programa de reivindicações! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos!
- Combinar o combate às contrarreformas com a defesa das reivindicações vitais das massas: salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade e efetivação dos trabalhadores terceirizados, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Isonomia salarial e de direitos;
- Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de reestatização, com o controle operário da produção. Não ao pagamento da dívida pública e pela estatização, sob controle dos trabalhadores, de todo o sistema financeiro;
- Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das prisões e perseguições àqueles que lutam e organizam os movimentos;
- Pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia;

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

- Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira do governo operário e camponês e do socialismo, que será erguido por meio da revolução proletária.

III. Panfleto distribuído no ato convocado pelas entidades estudantis, ocorrido no dia 18/10, com passeata do MASP até a Praça Roosevelt, região central de São Paulo. O material também foi distribuído no interior do Congresso do SINPEEM.

**Abaixo os cortes no orçamento da educação!
Abaixo a “Reforma” Administrativa!**

Nenhuma ilusão nas eleições! Reunificar os explorados em torno às suas reivindicações por empregos, salários e direitos! Confiar nas próprias forças e retomar os métodos de ação direta coletiva!

Bolsonaro decretou, no dia 30 de setembro, mais um contingenciamento no orçamento do Ministério da Educação. Somado aos bloqueios anunciados entre julho e agosto, o montante retirado do MEC chegou a R\$ 2,4 bilhões. O decreto levou ao confisco do dinheiro em caixa nas universidades e institutos federais, comprometendo até mesmo o pagamento de outubro das contas de água, luz e contratos com empresas terceirizadas. O violento ataque gerou reações das reitorias e das comunidades universitárias. O presidente ANDIFES, a associação dos reitores, afirmou: “Não temos gordura para cortar. Nem mais carne. Agora vamos cortar no osso.” Corretamente, os estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) imediatamente se reuniram em assembleia e, no dia 06 de outubro, um dia depois de a notícia ser divulgada, ganharam as ruas de Salvador, denunciando os cortes.

Com mais morosidade, as entidades representativas de estudantes, professores e técnico-administrativos de vários níveis de ensino marcaram rodadas de assembleias e plenárias, e um ato para o dia 18 de outubro. Depois de tentar negar os

cortes, no dia 07 de outubro, o Ministro da Educação informou que os recursos seriam devolvidos. O temor de desgaste eleitoral, provocado por mais este ataque, fez o governo recuar. Nada garante, porém, que passado o segundo turno, não venha uma nova tesourada, uma vez que o governo precisa cobrir as despesas extras que tem feito para arregimentar votos, e conseguir ganhar as eleições.

O recuo do governo é parcial, exigir o financiamento integral

A devolução do recurso confiscado não abrange os recursos que vêm sendo estrangulados, ano após ano. Desde 2015, sob o governo Dilma (PT), iniciaram-se os cortes. O que foi agravado após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Tetos dos Gastos), no governo Temer. Chegamos a 2022 com um orçamento discricionário das Universidades Federais de R\$ 5,1 bilhões, um valor correspondente a menos da metade do orçamento de 2015, corrigindo a inflação. O governo ainda bloqueia e atrasa a liberação de recursos, assim, o orçamento realmente repassado e executado é ainda menor. Segue em vigor, conforme informação das reitorias, um corte de 7,2% no orçamento das universidades.

As reitorias pedem a “recomposição” do orçamento, com a retomada do valor de 2019. Porém, isso não basta. São principalmente os trabalhadores terceirizados e os estudantes pobres que estão sentindo na carne os cortes, com demissões e sobrecarga, e com o estreitamento da assistência estudantil, sucateamento dos restaurantes universitários e ausência de condições de estudo. Os mais pobres vão sendo expulsos da universidade, em um cenário onde a alta do desemprego, custo de vida e miséria afetam suas famílias. As reitorias se adaptam aos cortes, ampliando o privatismo interno, reduzindo os contratos com as terceirizadas e gerenciando o desmonte da universidade. Temos de exigir o financiamento integral das universidades e institutos federais por parte do Estado, conforme o orçamento calculado pelas Assembleias Gerais Universitárias, compostas por estudantes, professores e técnico-administrativos, com voto universal. A assembleia

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

não só serve como espaço de deliberação, mas agrega a força social necessária que terá de ser posta em movimento para arrancar do Estado as suas demandas. O caminho da luta exige independência perante o governo, partidos burgueses e reitorias. Precisamos ter como método a ação direta coletiva. As ocupações de prédios públicos, as grandes marchas e os bloqueios de avenidas e rodovias são parte dos meios de lutas dos explorados. Servem para afetar o poder econômico e dar visibilidade às reivindicações.

A luta é anti-imperialista

Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o Fundo Eleitoral chegou a R\$ 4,9 bilhões, em 2022, e as vultosas emendas parlamentares facilitaram a governabilidade de Bolsonaro. Além disso, tendo em vista as eleições, Bolsonaro ampliou o assistencialismo com o Auxílio Brasil e outras medidas. Porém, de forma alguma, o miserável auxílio de R\$ 600 é causador da crise orçamentária. Essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão. E, qualquer governo saído das eleições se comprometerá com a manutenção do parasitismo financeiro, o que resulta em maior destruição da Educação Pública (e outras áreas sociais) e privatizações das estatais. Por isso, o movimento tem de buscar uma firme unidade no campo da independência de classe, erguer uma frente única anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública, pela reestatização do que foi privatizado e revogação de todas as medidas que resultem em ataque aos serviços voltados à população e sirvam para a proteção dos capitalistas.

Unificar os explorados em torno às suas reivindicações

As previsões para 2023 indicam que haverá uma nova recessão na economia mundial, o que tem relação direta com o

prolongamento da Guerra na Ucrânia. E, já sabemos que todos os governos burgueses se dobram às exigências do capital de proteger, acima de tudo e de todos, seus lucros. Por isso, nada de confiar nas eleições. As massas sairão do segundo turno divididas em torno de Lula e Bolsonaro. Precisaremos articular frentes únicas de ação em vários níveis: no âmbito das instituições de ensino, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e sindicatos, em uma frente única sindical; em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista. Além disso, temos de defender a unidade internacional dos explorados, pois, os ataques do capital se dão em nível mundial. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente, para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

A luta é agora

As direções sindicais e estudantis não podem abandonar a luta em torno às reivindicações em nome de promessas e ilusões eleitorais. Bolsonaro e o presidente da Câmara, Arthur Lira, já anunciaram que pretendem aprovar a Reforma Administrativa ainda em 2022. Será um golpe mortal nos serviços públicos e nos direitos trabalhistas do funcionalismo. Essa também é uma pauta dos estudantes e trabalhadores em geral. Pelo acúmulo dos ataques que estamos vivenciando na carne e ainda pelo futuro que o capitalismo pretende nos impor, chamamos os estudantes e trabalhadores a não confiarem nas barganhas parlamentares e eleições. Temos de confiar em nossas próprias forças. Precisamos erguer os comitês de luta e assembleias nos locais de estudo trabalho e moradia.

Exigimos das direções das centrais, sindicatos, movimento estudantil e popular que convoquem um verdadeiro dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, como preparação de uma poderosa greve geral em defesa dos empre-

Balanço do 31º Congresso do SINPEEM

gos, salários e direitos. Pela revogação da reforma trabalhista, previdenciária e a Emenda do Teto dos gastos, dentre outros ataques. A conciliação de classes e a passividade, no último período, só deram fôlego para o governo Bolsonaro seguir atacando com voracidade as massas.

Pela independência política e organizativa das nossas entidades sindicais e estudantis

A disputa eleitoral dividiu os explorados. Ainda que haja diferenças em graus e ritmos nos ataques, qualquer governo saído das eleições tem de se comprometer em preservar os interesses do grande capital financeiro, industrial, agrário, etc. Um eventual governo Lula reeditará sua política de conciliação de classes em um cenário econômico e político mais restrito, avançará a privatização da educação, das estatais e não tem como acabar com o desemprego, subemprego, terceirização, destruição de direitos e salário mínimo de fome. Se Bolsonaro ganhar, vai dar continuidade à política que descarrega a crise econômica sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores. Suas tendências golpistas e fascizantes precisam ser enfrentadas com independência de classe. Nenhuma confiança nos golpistas de ontem que agora vestem a máscara de democratas.

A classe operária e os demais explorados ainda não têm um partido revolucionário, capaz de participar nas eleições com candidaturas próprias, para lutar pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. Mesmo as candidaturas à esquerda alimentaram as ilusões democráticas e, agora, se unem no chamado ao voto em Lula. A Corrente Proletária Estudantil e a Corrente Proletária na Educação somam-se ao esforço de construção do Partido Operário Revolucionário. Nas eleições, defendemos o voto nulo como expressão da independência de classe dos trabalhadores e da juventude diante da disputa burguesa. Defendemos que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações e libertem os sindicatos e entidades estudantis das direções burocráticas e traido-

ras. Esse é o conteúdo classista da defesa do voto nulo, e em contraposição à defesa de qualquer governo burguês. A juventude precisa defender um programa proletário para a Educação. A classe operária deve erguer seu partido para lutar pela constituição de um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária.

A tarefa imediata do momento é organizar a luta pela derrubada dos cortes orçamentários e das medidas que atingem as condições de ensino e trabalho. Um passo firme para erguer um movimento nacional em defesa da educação abrirá caminho para a luta mais ampla dos explorados e da juventude oprimida. E, para isso, não deve estar subordinada à disputa eleitoral. Deve expressar as necessidades reais de quem trabalha e estuda, e, assim, a independência política e organizativa.

Abaixo os cortes no orçamento da educação!

Abaixo a reforma administrativa antitrabalhadora!

Pela unidade dos explorados em luta por um programa próprio de reivindicações!

Que as centrais sindicais e movimento organizem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Que preparem uma greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas!



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](http://anchor.fm/por-massas)
